

# Cortes geram divergências

BRASÍLIA — As 2.658 emendas ao projeto de orçamento apresentadas entre os dias 28 de setembro e 18 de outubro somaram cerca de Cz\$ 8 trilhões de despesas, que os sub-relatores haviam reduzido para Cz\$ 2,5 trilhões. O relator absorveu apenas Cz\$ 300 bilhões, o que torna limitado o universo de recursos para remanejamento. O relator-geral adjunto, José Serra (PMDB-SP), estava preocupado porque dificilmente se encontrará remanejamentos a serem feitos no parecer do senador Almir Gabriel (PMDB-PA) sem provocar fortes reações de quem foi prejudicado com corte de recursos. Essa discussão poderá levar a sucessivos adiamentos na tramitação da matéria.

O início da fase de apresentação de destaques, que teve seu prazo dilatado para o meio-dia de amanhã, trouxe de volta os lobistas à Comissão de Orçamento do Congresso Nacional. Os grandes lobbies que tiveram suas emendas rejeitadas pelo relator voltaram à carga para conseguir destaque para elas. Esbarraram, no entanto, na nova Constituição que impede o Legislativo de criar despesas. A briga, que até quarta-feira era contra o governo, passou a ser interna —

os recursos que forem concedidos a algum órgão terão que ser cortados de outro.

A primeira consequência foi um novo adiamento no calendário da comissão. O prazo para apresentação de pedidos de destaque — que até às 19 horas de ontem somavam 465 — foi prorrogado da noite de ontem para o meio-dia de amanhã. A votação que seria iniciada amanhã só começará às 10 horas de segunda-feira.

Se o orçamento não for votado até 31 de dezembro, a confusão será maior porque a Constituição não prevê a situação. Serra, autor do capítulo orçamentário da nova Carta, confessa que não sabe o que aconteceria, enquanto César Maia (PDT-RJ), vice-presidente da comissão, acredita que estaria aprovado o projeto do governo.

Os ministérios da área econômica começaram ontem a analisar o parecer do senador Almir Gabriel. Segundo o líder do governo no Congresso, Carlos Santana, a bancada governista na comissão é minoritária, o que levará a concentrar esforços no plenários. Sua tática será a pedido de preferência para votação do projeto de orçamento do governo.